

"Questão social" & política social: expressões e tendências contemporâneas

Maria Célia da Silva Porto¹

mensp@fapeal.br

Introdução

Mesmo reconhecendo a existência de um conjunto de medidas de política social acionado pelo patronato e pela igreja, e eventualmente pelo Estado burguês, no sentido de aplacar as profundas contradições causada pelo desenvolvimento *capitalista industrial* engendrado no final do século XVIII em seu processo congênito de dissociação entre trabalho, produção e apropriação, a rigor a relação entre "questão social" e política social pública somente vai efetivamente consolidar-se no final do século XIX e início do XX, com a emergência do *capitalismo monopolista* (Netto, 1992), também denominado de *estágio imperialista* (Lenin, 1982). Esta fase do sistema capitalista teve seu apogeu entre os anos 1890/1940, caracterizando-se pela proliferação e centralidade econômica dos monopólios, que foram engendrados em função do acirramento da concorrência intercapitalista e da concentração da produção

Contribui fundamentalmente para a configuração dessa relação, conforme Netto (1992), um complexo heterogêneo de fenômenos, tais como: a natureza predatória da ordem monopólica em seu propósito central de aumentar desmensuradamente os lucros capitalistas; a necessidade do Estado em obter significativos níveis de legitimidade perante à população, ocultando em contrapartida o seu objetivo nuclear de garantir a acumulação e a valorização do capital monopolista; e a organização do movimento operário e sindical, em suas

¹ Assistente Social, Professora de Política Social no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com o projeto de pesquisa intitulado "As determinações das políticas sociais agenciadas pelo terceiro setor."

lutas de dimensões tática e estratégica, perspectivando melhores condições de vida e de trabalho, e a superação do ordenamento capitalista. Sumariando a dinâmica deste processo e consagrando-o como cenário histórico do enlace oficial entre "questão social" e política social, o autor afirma conclusivamente que "é só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a 'questão social' se põe como alvo de *políticas sociais*" (p.25).

No contexto do capitalismo monopolista, a "questão social" tem a sua essência atribuída fundamentalmente à contradição capital/trabalho, expressando "o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista" (Cerqueira Filho, 1982:21). Sua manifestação dá-se portanto através de um elenco de situações representativas da exploração do *trabalho*, a exemplo da expansão do contingente constitutivo do exército industrial de reserva, tendo em vista a introdução de novas tecnologias impulsionada pela segunda revolução industrial; da hiperexploração da força de trabalho feminina e infantil; da intensificação da jornada de trabalho; da precariedade da política salarial; do aumento da pobreza etc.

Esse quadro de extrema penúria vivenciado pela classe trabalhadora suscita, por sua vez, a organização do proletariado e do conjunto dos trabalhadores, com suas lutas corporativas e emancipatórias, condicionando também o posicionamento sistemático do Estado burguês, que passa a administrar as expressões da "questão social" através da implementação de políticas sociais. Esta relação extremamente contraditória e caracterizada pelo acirramento da luta de classe, acaba por impulsionar e desenvolver a generalização dos padrões de proteção social, principiando com a inauguração dos sistemas de seguro social oficialmente em 1929² onde, a partir deste ano, "a

² Antes de 1929 contudo, já existia na Alemanha, desde 1883, uma das experiências mais significativas de política social implementada pelo Estado burguês, configurada através do seguro social obrigatório e envolvendo as áreas de saúde, acidente de trabalho e aposentadoria, que tornou-se posteriormente conhecida através da denominação de *modelo bismarkiano* de proteção social.

política social passa a integrar a estratégia global anticrise do capital" (Behring, 1998:168).

A efetividade da relação entre "questão social" e política social estatal torna-se ainda mais sólida no período correspondente ao *capitalismo tardio* (Mandel, 1982) iniciado no pós-1945 e se prolongando até os dias atuais, sobretudo na fase correspondente à *onda longa expansiva* (Idem) operante no período de 1945-1970, quando o Estado intervencionista, utilizando-se da estratégia de contribuição tripartite (envolvendo o Estado, o patronato e o trabalhador), intensifica a sua ação político-econômica através da adoção de uma série de medidas administrativas *anticrise*,³ institucionalizando políticas sociais de largo alcance.

A vigência desse estágio de expansão do capital, conhecido como a *fase de ouro* (Anderson, 1985) do modo de produção capitalista, materializa-se favorecido pelas altas taxas de mais-valia alcançadas nos acontecimentos relativos à ascensão do fascismo e à economia de guerra — ocorridos no período imediatamente anterior — culminando, por um lado, com a edificação do modelo de *regulação social-democrático* (Abreu, 1999) que dá sustentação ao *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social caracterizado por políticas sociais abrangentes, predominante na Europa e nos Estados Unidos e, por outro, com o modelo regulacionista *estatal-desenvolvimentista* (Abreu, 1999), implementado nos países de capitalismo periférico, a exemplo do Brasil, que particulariza-se pela expansão de políticas sociais categoriais e clientelistas.

Contudo, com a falência em meados dos anos 70, do modelo fordista-keynesiano de produção e reprodução sociais, seguido da ruptura do padrão ouro-dólar instituído pelo regime de Bretton Woods, tem início a primeira crise estrutural do sistema capitalista pós-45, constituindo-se em mais uma crise clássica de superprodução. Espreado-se ao longo dos anos 80, esta crise é enormemente

³ No bojo das medidas keynesianas *anticrise* implementadas neste período, destacam-se, segundo Behring (1988:166), as seguintes: "a *planificação indicativa* da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho por intermédio da *política salarial* e do *controle de preços*; a *política fiscal* e, dentro dela, os mecanismos de renúncia fiscal; a *oferta de crédito* combinada a uma *política de juros*; e as *políticas sociais*".

agravada na década de 90, com a iminência da "globalização financeira", que desenvolve-se provocando nefastas alterações em todos os setores societais: no mundo do trabalho, nos modos de regulação estatal, no mundo da cultura etc, impulsionando uma nova dinâmica na relação entre "questão social" e política social. Uma dinâmica muito mais complexificada ao propiciar um conjunto de perdas à classe trabalhadora, imprimindo à "questão social" um grau de profundidade inusitado ao apresentá-la com uma configuração singular quando cotejada com as tradicionais formas de expressão e de trato até então vivenciadas, levando alguns autores a encará-la como palco da emergência de uma *metamorfose* (Castel, 1999), engendrando por seu turno uma *nova questão social* (Rosanvallon, 1998).

As significativas modificações nas formas de manifestação da "questão social" e nas estratégias políticas ao seu enfrentamento pelo Estado e pelas classes sociais, vivenciadas na contemporaneidade recente, vincula-se diretamente à implacabilidade das determinações das *transformações societárias* (Netto, 1996) iniciadas nos anos 74/75 e plenamente constituídas nos anos 80/90, às quais contribuíram à consolidação de uma conjuntura de efetiva crise global do capitalismo tardo-burguês, no âmbito da terceira revolução tecnológica. Nesta mesma direção teórica, lamamoto assevera que:

"[...]à medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e a sua conseqüente potenciação, modificam-se as formas e o grau de exploração da força de trabalho. Modifica-se, concomitantemente, o posicionamento das diversas frações da classe dominante e suas formas de agir face à 'questão social', no que entram em cena os interesses econômicos específicos desses grupos e a luta pelo poder existente no seu interior. As respostas à 'questão social' sofrem alterações mais significativas nas conjunturas de crise econômica e de crise de hegemonia no bloco do poder" (lamamoto, 1985:78).

Em conformidade com o raciocínio da autora supracitada e partindo do pressuposto de que houve efetivamente significativas alterações nas

manifestações da "questão social" plasmada no final do século XX e início do XXI, bem como nas modalidades da sua administração, faz-se imperativo, para efetivamente configurá-la, o concreto entendimento acerca da dinâmica concernente às transformações sociais típicas do capitalismo tardio em sua fase de *onda longa recessiva* (Mandel, 1982). Desta forma, diante da peculiaridade que reveste a dinâmica da relação entre "questão social" e política social plasmada na sociedade capitalista contemporânea, e particularmente na brasileira, este texto tem por objetivo identificar as mediações que contribuem na sua configuração, problematizando os seus elementos constitutivos através da delimitação das suas expressões e tendências. Do nosso ponto de vista, esta proposta possui significativa importância, uma vez que o par "questão social" & política social encontra-se permeado por um radical paradoxo: o agravamento da "questão social" e a precariedade da política social estão globalizados como partes e como expressões da "globalização econômica", porém sem a contrapartida da globalização das lutas sociais da classe trabalhadora articulada de modo orgânico.

1. Expressões da "questão social" no curso da globalização

Conforme ficou esclarecido na seção introdutória, a "questão social" é aqui entendida como a materialidade histórica da exploração capitalista, que por sua vez define-se e atualiza-se sistematicamente, revelando-se sobretudo nas conjunturas mais críticas através das renovadas formas de desigualdade social e política, mantendo porém inalterada a sua base de sustentação dada através da contradição capital/trabalho inerente à sociabilidade burguesa. Assim, tendo como referência fundamental esta definição, este item tem por objetivo configurar as expressões da "questão social" gestadas no contexto da crise contemporânea do capital iniciada na primeira metade da década de 70, a qual será realizada a partir da problematização do fenômeno da globalização⁴ considerado como componente central do projeto burguês de enfrentamento da crise global instaurada.

⁴ Entendendo a reação burguesa como uma totalidade complexa que envolve simultaneamente os processos da globalização, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, tem-se entretanto por suposto que estes últimos são produtos da lógica da globalização, a qual desenvolve-se engendrando-os. Deste fato decorre a prioridade da reflexão acerca da sua dinâmica.

Nessa angulação, colocamos em princípio que o economista francês François Chesnais (1995 e 1996), ao investigar o conceito de "globalização" à luz da economia política marxista, destaca a relevância da dimensão ideológica que o termo incorpora ao pretender difundir a idéia de "adaptação", a qual sugere a impossibilidade de reversão do "processo global" que teve como principal resultante a "liberalização das forças do capital" do poder regulacionista estatal. Insurgindo-se então, de forma radical, contra a carga ideológica presente no significado da palavra "globalização", o autor propõe, em contrapartida, a expressão "mundialização do capital", querendo através dela designar, simultaneamente, a sua filiação ao postulado defendido pela economia política clássica (Smith, Ricardo) quanto à "anterioridade e a predominância do investimento e da produção em relação à troca"(1995:06), como também, e principalmente, a atenção proporcionada pela tradição marxista "ao processo de centralização financeira e concentração industrial do capital nos planos nacional e internacional" (Idem).

Apoiado na redefinição do significado ideológico do termo "globalização" em função da expressão teórica "mundialização do capital", Chesnais principia a análise deste fenômeno, anunciando sua hipótese central de que o contexto depressivo mundial dos anos 80, caracterizado principalmente pelas baixas taxas do PIB e pelos altos níveis de desemprego estrutural, é decorrente do "regime de acumulação rentista" definido pela prioridade do capital centralizado em seu processo de reprodução sob a forma dinheiro, correspondendo tal regime ao resultado da "mundialização do capital". O autor destaca ainda que, a partir da emergência desta modalidade de regime, os mecanismos endógenos acionados pelo sistema capitalista tiveram preferencialmente por alvo a posição financeira rentista, em detrimento dos investimentos geradores de novas capacidades produtivas. Neste sentido, a "acumulação rentista" ou o "capitalismo rentista", movimenta-se subordinado às necessidades das novas formas de centralização do capital-dinheiro, a exemplo dos fundos mútuos de investimento e dos fundos de pensão, os quais são sustentados pelas instituições financeiras e pelos Estados dos países centrais.

Chesnais assevera que a fase de internacionalização concernente à "mundialização do capital" provoca mudanças qualitativas nas relações capital/trabalho e capital/Estado, onde a repercussão desta última alterou substancialmente o padrão do Estado de Bem-Estar. Ocorre, segundo o autor, que foi no período da recessão de 74/75 que o capital iniciou seu processo de contestação às leis e regulamentações a que esteve aprisionado desde 1914, obtendo êxitos na maioria das vezes devido a três motivos principais: a força acumulada na fase dos trinta anos gloriosos; o desenvolvimento tecnológico; e o apoio incondicional proporcionado pelos Estados capitalistas, materializado através da implementação de políticas neoliberais (liberalização, desregulamentação e privatização). A resultante deste processo, conforme o autor, culminou na obtenção da absoluta liberdade nacional e internacional do capital.

Objetivando apreender as formas de internacionalização como uma "totalidade sistêmica", o teórico francês relaciona, respaldado em Marx, os três modos de existência do capital, dados pelo capital-industrial (produtor de valor e de mais-valia); o capital-comercial (troca de mercadorias); e o capital-dinheiro (empréstimos, aplicações). Refletindo em seguida sobre estas modalidades de capital, o autor afirma que, em 1985, os três ciclos ordenavam-se ao redor do capital-produtivo, o qual constituía o núcleo da mundialização do capital. Todavia, desde 1995, a situação alterou-se drasticamente, "assistindo-se ao crepúsculo de um ciclo unificado de valorização sob a dominação do capital-industrial" (1995:07). Enquanto isso, o capital-comercial passa a adquirir capacidade de se colocar como seu principal concorrente, e o capital-dinheiro imprime sua marca no conjunto das operações do capitalismo contemporâneo, conquistando um certo nível de "autonomia" perante o capital-industrial, viabilizado fundamentalmente pela predominância do "regime de acumulação rentista".

Detendo-se sobre o comportamento típico dos grupos industriais no estágio da "mundialização do capital", Chesnais admite que ele se define essencialmente através de três instâncias: crescimento externo via aquisições e fusões; ruptura das relações fordistas com os assalariados; e a internacionalização crescente. No

âmbito deste "novo comportamento", tem relevo o papel desempenhado pelo desenvolvimento tecnológico (revolução da informática e das telecomunicações), utilizado simultaneamente pelos grupos à organização do processo de internacionalização e à modificação de suas relações com a classe operária. Deste modo, o acréscimo da produtividade alcançado no setor manufatureiro e nas atividades de serviços, deveu-se à combinação dos fatores tecnológicos e organizacionais, onde os modelos norte-americano e inglês, baseados na desregulamentação e na "flexibilização", ganharam largos espaços.

Quanto às "aquisições e fusões" de empresas já existentes, o autor afirma que estas ocorrem através de um movimento articulado de centralização e de concentração do capital industrial, em detrimento da criação de novos meios de produção. Este processo desenvolve-se favorecido pelas políticas neoliberais, resultando na formação do "oligopólio mundial", que passa a representar a forma característica da modalidade de oferta dinamizada pela "Tríade" (EUA, Inglaterra e Japão).

Chesnais insiste no fato de que o capital produtivo não escapa da caracterização geral do capitalismo de cariz rentista, porém com grau menor em relação as duas outras formas de capital. Neste sentido, destaca as mudanças ocorridas nas empresas, às quais têm atualmente o "sistema nervoso central" formado por uma "sociedade de holding" (ações e títulos comerciais). Por isso, para o autor, as empresas capitalistas contemporâneas constitui-se em grupos financeiros com dominância industrial, fortalecendo desta maneira as posições do "capitalismo rentista".

Dando continuidade à investigação acerca da dinâmica interna específica da "mundialização do capital", François Chesnais evidencia uma de suas características mais essenciais, materializada na existência de um processo de "polarização", que manifesta-se nos planos "interno" (no interior do país) e "internacional" (entre os países), dizimando por completo as possibilidades de integração e de convergência mundial. Devido à existência deste processo, o autor enfatiza o predomínio do caráter excludente da "economia globalizada", responsabilizando-o pelo acirramento da capacidade de movimentação do capital.

Em decorrência desse processo de exacerbada mobilidade do capital, o autor reafirma o fato das decisões econômico-políticas encontrarem-se cada vez mais subordinadas aos níveis de rentabilidade e às formas de obtenção dos superlucros na esfera financeira, sobressaindo neste âmbito a noção de "arbitragem de câmbio". Como resultado iminente deste fenômeno de intensa financeirização das relações sociais que acaba por alterar a *fórmula geral do capital* dada pela expressão D-M-D', em simples D-D',⁵ Chesnais faz referência ao processo de marginalização de um expressivo número de "países em desenvolvimento", seguido da integração estratégica dos países centrais, assegurando que:

"Estes [os países desenvolvidos] não são mais apenas países subordinados, reservas de matéria-prima, sofrendo os efeitos conjuntos da dominação política e do intercâmbio desigual, como na época 'clássica' do imperialismo. São países que praticamente não mais apresentam interesse, nem econômico nem estratégico (fim da 'guerra fria'), para os países e companhias que estão no centro do oligopólio. São pesos mortos, pura e simplesmente. Não são mais países destinados ao 'desenvolvimento', e sim áreas de 'pobreza' (palavra que invadiu o linguajar do Banco Mundial), cujos emigrantes ameaçam os 'países democráticos' "(1996:37-9).

Nessa perspectiva, para o economista francês, a marginalização dos países em desenvolvimento constitui-se na "tendência geral" da fase de "mundialização do capital", sendo iniciada nos anos 80 e desenvolvendo-se a partir desta data de forma progressiva, caracterizada pela redução drástica dos investimentos estrangeiros e pelas transferências tecnológicas. É neste contexto que tem relevo a expressão "desconexão forçada", que expressa o processo de exclusão de uma

⁵ O autor faz nesse ponto alusão ao argumento de Marx que fundamenta-se na constatação de que "no capital usurário, a forma D-M-D' é reduzida aos extremos não mediados D-D', dinheiro que se troca por mais dinheiro, forma que contradiz a natureza do dinheiro e, por isso, inexplicável do ponto de vista do intercâmbio de mercadorias" (Marx,1983:137).

grande parte de regiões periféricas em relação aos sistemas de intercâmbio dominados pelos países capitalistas centrais.

Objetivando desmistificar a suposta "autonomia absoluta" do capital-dinheiro em relação aos demais capitais enquanto fenômeno produzido no contexto da "mundialização do capital", Chesnais ressalta as estreitas ligações e interdependências existentes entre eles, enfatizando a objetividade do fato da riqueza ser fundamentalmente engendrada no âmbito da produção industrial. Para o autor, a hipertrofia da esfera financeira, predominante no capitalismo recente, teve início em meados dos anos 60, através dos promissores mercados de eurodólares, sendo prosseguida pelos governos de Thatcher e de Reagan em 79/80, com a implementação de uma política de deflação obtida mediante a queda dos salários e da flexibilidade do trabalho, espalhando-se em seguida pelos demais Estados do capitalismo central. Neste sentido, a projeção alcançada pelo capital-dinheiro, segundo o autor, foi paulatinamente promovida a um *status* em que parecia se desligar da produção, originando um fetichismo em torno da financeirização da economia e, com isto, ocultando a verdadeira essência do fenômeno dada em função de que:

"A esfera financeira alimenta-se da riqueza gerada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho com múltiplos níveis de qualificação. Nada cria por si só. Representa o tipo mesmo de arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha, dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde. Quando a esfera financeira deixa de ser alimentada por fluxos substanciais, cuja origem encontram-se exclusivamente na esfera da produção, as tensões dentro do circuito fechado se intensificam, e com elas a aproximação de crises financeiras.[...]" (1996:309-310).

Sumariando o conjunto de fenômenos de dimensões qualitativamente nefastas que a fase correspondente à "mundialização do capital" desencadeia, François Chesnais enfatiza primordialmente os relativos à total liberdade de ação do capital industrial e à liberalização dos intercâmbios, os quais são enormemente

acentuados com a mudança de propriedade do capital industrial, que passa a ser administrada pelos fundos de investimento e de pensão, e pelas companhias seguradoras. Para o autor, a principal resultante desta ilimitada liberdade do capital pode ser aferida pela excessiva quantidade de destruição de postos de trabalho, que não vem sendo compensada com a criação de empregos em número equivalente, possuindo um grau de amplitude muito superior em relação às comumente verificadas nos períodos de transformação tecnológica ocorridos desde a primeira revolução industrial deflagrada no século XIX.

O autor também faz referência acerca da repercussão da "mundialização do capital" no "consumo das famílias", arrolando dois aspectos principais: a diminuição da renda do trabalho assalariado; e a redistribuição da renda nacional em proveito dos grupos rentistas. Estes fatores, por sua vez, acabam por incidir nos "gastos públicos", causando-lhe enfraquecimento através da diminuição da base tributária provocada pelo desemprego e pela estagnação do consumo. O somatório destes elementos acaba por culminar com a "crise fiscal do Estado", expressa na diminuição da esfera estatal em atender à demanda, agravando-se com a influência das políticas neoliberais que condicionam a redução do nível de empregos no setor público e a proliferação de privatizações e desregulamentações.

Essa quantidade significativa de aspectos notadamente destruturador da sociabilidade engendrados de maneira intensificada no curso da "mundialização do capital" é nomeada por Chesnais de "encadeamento cumulativo e retroativo", apresentando-se como confirmação irrefutável de sua hipótese central de que esta etapa do desenvolvimento capitalista deverá prolongar-se por um período de longa duração, caracterizando-se por taxas de crescimento muito baixas e repleta de conflitos econômicos e políticos, sobressaindo um alto nível de desemprego estrutural enquanto manifestação mais brutal.

De acordo com a notável análise desenvolvida pelo economista francês François Chesnais, pode-se seguramente admitir que a dinâmica dominante do final do século passado e início deste movimenta-se em função da "globalização financeira" ou "mundialização do capital" que, através da implementação das suas

políticas de tonalidade "liberalizante", tem provocado impactos desastrosos, reduzindo drasticamente o índice de crescimento econômico e a quantidade e qualidade do nível dos empregos e das políticas públicas. Nesta mesma perspectiva teórica defendida por Chesnais, o economista canadense Michel Chossudovsky (1999), por sua vez, propõe a expressão "globalização da pobreza" à caracterização da aguda assimetria social suscitada pelo excessivo aumento da desigualdade internacional, com o espectro do desemprego estrutural predominando na Europa, América Latina e no antigo Bloco Soviético, além da condição de integral desintegração sócio-econômica da África.

Nesse sentido, de forma sinóptica, tem-se que o fato inexorável do processo concernente à "mundialização do capital" define-se essencialmente pelo considerável aumento da participação dos rentistas em detrimento à do trabalho, favorecendo por um lado, a acumulação de riquezas dos grupos afluentes dos países centrais e, por outro, a "globalização" dos indicadores de desemprego e de pauperização.

O cenário típico da "mundialização do capital", configurado essencialmente pela desorganização do trabalho e pela desestruturação da sociabilidade — fatores amplamente discutidos por Chesnais e Chossudovsky —, impulsionou por seu turno o teórico francês Robert Castel (1998 e 1999), levando-o a refletir sobre a "questão social" contemporânea e a conseqüentemente enunciá-la nos termos de um crescimento da vulnerabilidade de massa, cujo risco se acreditava definitivamente afastado, pelo menos nas sociedades européias. Nesta angulação, Castel afirma que:

"A questão da globalização, a partir da dinâmica econômica que a subentende, pode ser abordada através de seus efeitos, na medida em que um dos maiores efeitos das estratégias atuais do capitalismo financeiro internacional é requestionar o regime global do trabalho tal como este se impôs principalmente após a Segunda Guerra. Ou seja, um certo equilíbrio entre o trabalho e o mercado, entre o respeito das condições necessárias para produzir as riquezas e a exigência de assegurar um mínimo de proteção àqueles que as produzem, isto é, aos trabalhadores. Trata-se do

núcleo do que se chama, às vezes, de 'compromisso social', e que obteve sua maior força na Europa Ocidental no começo dos anos 70, com variações nacionais entre a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha e os países escandinavos" (1998:147).

O fundamento nuclear das argumentações elaboradas pelo autor supramencionado, orienta-se na perspectiva da defesa aguerrida do denominado "Estado-social", entendendo-o como herança e horizonte históricos. Para Castel, a construção desta modalidade de regulação revela que ela constitui a forma adequada — ainda que com variedades — do compromisso entre a dinâmica econômica, comandada pela busca do lucro, e a proteção social, direcionada pelas exigências da solidariedade. Pode-se pensar uma sociedade sem este compromisso? Pode-se aceitar a volta à insegurança social anterior às formas de proteção? Há possibilidades de uma renegociação entre as políticas sociais públicas e os interesses mercadológicos globais atualmente hegemônicos? Estas são algumas das principais interrogações subjacentes no arcabouço teórico de Castel com vistas a proporcionar uma caracterização acerca da "nova questão social".

Castel sustenta essencialmente sua teorização sobre as expressões da "nova questão social" na hipótese de que esta manifesta-se, no âmbito do capitalismo contemporâneo, a partir de uma "metamorfose", revelando-se dialeticamente como "uma nova problemática, mas não sendo contudo outra problemática". Através desta expressão aparentemente prolixa, o autor pretende afirmar que a "nova questão social", de maneira simultânea, caracteriza-se pelas alterações das suas expressões e pela permanência das suas determinações intrínsecas.

Prosseguindo sua reflexão, o teórico francês parte da constatação de que a sociedade capitalista contemporânea constitui-se em um permanente estado de "risco social", tendo em vista a existência de níveis elevados de desemprego e de precarização do emprego, ambos ocasionados pelo que nomeia de

"esfacelamento da sociedade salarial",⁶ historicamente configurada pela relação orgânica entre trabalho estável e ampla proteção social. Portanto, o "esfacelamento da sociedade salarial" ao proporcionar centralidade à "desestabilização do trabalho", fez com que esta última apresente-se como o cerne da "questão social" contemporânea, sendo também a marca distintiva em relação à conformação clássica originalmente manifesta no século XIX. Acerca das diferenças nas expressões da "questão social" clássica e contemporânea, o autor revela que:

"Assim como o *pauperismo* do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a *precarização do trabalho* é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí, uma razão para levantar uma 'nova questão social' que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da 'questão social' suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX" (1999:526-7).

Conforme Robert Castel, a crise global contemporânea constitui uma crise da modalidade de regulação social relativa à "sociedade salarial", a qual tem o seu "esfacelamento" atribuído à crescente precarização das relações de trabalho e ao desenvolvimento de um desemprego de massa. Neste sentido, o processo de precarização do trabalho, vigente na contemporaneidade recente, vem paulatinamente substituindo a "estabilidade", entendida como a categoria típica da organização do emprego.

O fenômeno relativo ao "esfacelamento da condição salarial", ao constituir-se no *núcleo* da "nova questão social", processa-se, segundo o autor, em torno de três fatos centrais: a "desestabilização dos estáveis", que vem acometendo os trabalhadores qualificados com idade ao redor de 45 anos, lotados principalmente

⁶ Para Robert Castel, a *sociedade salarial* "consiste numa sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais recebe não somente sua renda, mas também seu estatuto, seu reconhecimento e sua proteção social. A sociedade salarial promoveu, neste sentido, um tipo completamente novo de segurança: uma segurança relacionada ao trabalho, e não somente à propriedade" (1998:150).

nas indústrias têxtil e siderúrgica; a "instalação da precarização", materializada através da contínua alternância de períodos de desemprego e de trabalho temporário; e o "crescimento dos trabalhadores excedentes", os quais são confinados à uma absoluta inutilidade devido à sua condição de "desfiliação social", implicando a geração de um processo irreversível de dissociação, desqualificação e invalidação social.

O cerne da "questão social" contemporânea, configurada pela composição daquelas três formas da "condição salarial", vem apresentando, segundo Castel, um significativo agravamento, tendo em vista os efeitos de dois fatores essenciais: "o reforço da hegemonia do capital financeiro", que caracteriza-se pelo ataque sistemático à proteção do trabalho, sendo viabilizada pela minimização do custo do trabalho e pela maximização da eficácia produtiva; e o "desenvolvimento tecnológico", que vem substituindo de forma devastadora o "trabalho vivo" em função das máquinas, descuidando-se, em contrapartida, da compensação na criação de empregos em número equivalente.

Contudo, apesar da constatação da crise contemporânea que se abate sobre o *trabalho* e da admissão de que a dimensão desta crise proporciona-lhe o estatuto de "questão social", o teórico francês Robert Castel não descarta, em absoluto, o reconhecimento da sua centralidade, ressaltando, pelo contrário, a necessidade da elaboração de regulações sócio-jurídicas que possam dar-lhe garantias, visando a revitalização do processo de "desmercadorização" vigente à época da consolidação da "sociedade salarial" e atualmente em profundo declínio.

Com base nas análises desenvolvidas pelos autores supracitados, tem-se que as expressões da "questão social" configuradas no curso da "globalização"/"mundialização do capital" define-se simultaneamente através da vitória alcançada pelo grande capital e pelos nefastos desdobramentos incidentes na classe trabalhadora, à qual vê-se comprometida nas três instâncias essenciais de sobrevivência: seus empregos (com o subemprego e o desemprego), seus salários (com as compressões salariais), e seus direitos (com o aniquilamento da seguridade social), culminando com o aumento da pauperização. No bojo desta dinâmica devastadora típica da pós-modernidade, admite-se contudo a

impropriedade da expressão "nova questão social" por considerar-se que, na verdade, esta conjuntura caracteriza-se particularmente por um agravamento da trajetória do sistema capitalista onde, movimentando-se através da fórmula D-D' em vez de D-M-D', a sociabilidade burguesa contemporânea eleva ao mais alto grau sua natureza contraditória, produzindo uma riqueza de dimensão abstrata e provocando, em consequência, a derrota inexorável do trabalho.⁷

2. Tendências "globais" da política social

Contextualizando a temática concernente à política social a partir da relação entre os seus determinantes econômico e político, tem-se que constitui-se em estratégia adotada pela classe capitalista à reprodução da força de trabalho enquanto instância produtora de riquezas, cujo objetivo é ocultar a desigualdade econômica assegurada através do estímulo à participação da classe trabalhadora no usufruto dos benefícios sociais materializados nos serviços sociais, os quais são executados pelo Estado e financiados pelos próprios trabalhadores.⁸ A resultante deste processo viabiliza-se através da reprodução da desigualdade social, adquirindo sua plena configuração no contexto do capitalismo monopolista, onde a política social insere-se definitivamente no núcleo das disputas das classes antagônicas através da articulação orgânica das suas funções econômica e política.

Todavia, quando inseridas no pacto keynesiano, a política social capitalista constitui-se em concessões ou conquistas alcançadas pelos trabalhadores, assumindo matizes diferentes conforme a dinâmica da correlação de forças

⁷ Analisando as graves repercussões da reestruturação produtiva sobre a *materialidade e subjetividade do trabalho* no âmbito do sindicalismo, Antunes (1985), salienta as seguintes características: crescente individualização das relações de trabalho; desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho; esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados e o advento do sindicalismo de participação; crescente burocratização e institucionalização das entidades sindicais, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos; e hostilidade do capital contra o trabalho, investindo contra o sindicalismo combativo e os movimentos de esquerda anticapitalista.

⁸ As políticas sociais capitalistas não têm caráter redistributivo por não serem financiadas pelo imposto progressivo sobre o lucro. Acerca desta questão, Mandel esclarece que: "É um facto que as experiências mais interessantes de Segurança Social, como a que foi realizada na França após 1944, ou sobretudo o Serviço Nacional de Saúde na Grã-Bretanha após 1945, foram financiadas muito mais por uma taxação dos próprios trabalhadores [...] do que pela taxação da burguesia. É por isso que em regime capitalista nunca se assistiu a uma verdadeira e radical redistribuição do rendimento nacional pelo imposto, um dos grandes 'mitos' do reformismo" (1982:86).

prevalente no seio das classes sociais. Neste âmbito, as negociações aumentam ou diminuem, tendo como parâmetro a posição dos ciclos econômicos e suas tendências conjunturais expansiva ou depressiva.

No contexto do capitalismo contemporâneo recente, particularizado pelos efeitos devastadores da "mundialização do capital", o fenômeno relativo ao desemprego estrutural e suas nefastas consequências, demandam o crescimento sistemático das políticas sociais. Contudo, este crescimento do bem-estar é inviabilizado devido à crise do padrão fordista-keynesiano que sinaliza paradoxalmente para a sua drástica redução. Portanto, é neste âmbito conflituoso caracterizado por um lado, pelo aumento da pauperização, e por outro, pela diminuição do nível de investimento na proteção social, que desenvolve-se as tendências "globais" da política social.

O cenário paradigmático desse radical conflito materializa-se com a crise do modelo intervencionista de Estado, cuja expressão mais significativa é o processo de desestruturação do *Welfare State*, que foi edificado entre os anos 1945-1975, ao constituir um padrão de política de bem-estar social abrangente e configurado por ações como: "o compromisso com o pleno emprego, a implementação de serviços sociais de caráter universal, e o estabelecimento de uma rede de segurança às pessoas socialmente vulneráveis" (Pereira, 2000:125). Com o declínio deste modelo ocorrido em meados dos anos 70, emerge o denominado *Welfare Pluralism* (pluralismo de bem-estar ou bem-estar misto), colocando-se como uma alternativa às políticas sociais estatais então operantes.

O *Welfare Pluralism*, conforme Pereira, sustenta-se na redução da atuação do Estado enquanto principal agente executor de política social, o qual insere-se, no âmbito deste "novo modelo", em estreita articulação com três setores específicos: "o *voluntariado* (representado pelas organizações voluntárias); o *comercial* (representado pelo setor mercantil); e o *informal* (representado pela família e a vizinhança) pondo-se ênfase na auto-ajuda e na ajuda-mútua [...]" (2000:128). No âmbito deste padrão de política social, localiza-se o denominado espaço "pós-social-democrático", proposto por Rosanvallon (1998), onde a

"solidariedade voluntária" constituiria a base do "novo contrato social" emergente da crise do Estado-providência.

No bojo do modelo constituído pelo "pluralismo de bem-estar", tem destaque o "discurso desestatizante" e seu corolário assentado na sobrevalorização de uma suposta "sociedade civil",⁹ sobressaindo as tendências "globais" da política social materializadas na renda mínima, na descentralização, na privatização explícita e na conjugação público/privado, este último respaldado nas proposições de parceira, solidariedade e cidadania, encampadas pelas organizações do "terceiro setor" à resolução da falência do Estado. Para Kameyama (2002), todavia, apenas a renda mínima constitui-se em efetiva política pública, sendo as demais "vetores estruturantes dos programas sociais preconizados pelo Consenso de Washington, principalmente quando suas recomendações se dirigem a países latino-americanos em processo de ajuste econômico" (p.01).

No que refere à política de *renda mínima*, Kameyama assevera que sua projeção, originada nos anos 80, decorreu do desenvolvimento tecnológico e seu consequente impacto na redução dos postos de trabalho, bem como dos limites dos programas sociais que não proporcionavam a inserção dos segmentos excluídos. Quanto à *descentralização*, esta teve a sua emergência relacionada ao processo de democratização, tendo à frente os setores progressistas em seu propósito de ampliação das possibilidades de acesso ao poder, sendo também estimulada pelas agências multilaterais, a exemplo do FMI e do BM, enquanto estratégia de saneamento fiscal e de racionalidade administrativa. Acerca da *privatização explícita*, a autora salienta a sua função intermediadora entre o Estado e o mercado, no sentido de constituir uma divisão de trabalho onde este último se encarregaria do estabelecimento das regras e da transferência dos recursos, enquanto aquele se responsabilizaria pela produção dos bens e a

⁹ Para Coutinho (2000), a radical disjunção entre Estado e sociedade civil, efetivada com base no pensamento de Gramsci, padece de um sério equívoco pois, para este autor "o *Estado* (restrito ou sociedade política) e a *sociedade civil*, formam *'um par conceitual'* que marca uma unidade na diversidade" (Coutinho, 2000:18).

distribuição dos serviços. Esta tendência, segundo a autora, tem alcançado elevado destaque, tendo em vista a deterioração das instituições públicas. No que diz respeito à *conjugação público e privado*, Kameyama ressalta o processo de alternativas aos Estado Social, tendo destaque as organizações do "terceiro setor" como prestadoras de serviços sociais em substituição à crise da esfera estatal.

Nesse sentido, de maneira abrangente, as tendências "globais" da política social apresentam como requisito ideológico fundamental o fim da utopia da sociedade do trabalho e do Estado Social, implicando nas denominadas "saídas alternativas" que possam configurar o projeto da "nova sociabilidade" através do apelo à "solidariedade". Contudo, a apologia da "solidariedade" reforça a dimensão da subjetividade, vista como mera vontade política, eliminando em consequência a categoria econômica. Ou seja, esvaziando-se o trabalho, a produção, o Estado e a políticas sociais dos seus conteúdos econômico-políticos, oculta-se a contradição da ordem econômica capitalista, visibilizando-se em contrapartida a "solidariedade" que aparece como a mais recente panacéia acionada ao equacionamento das congêntas desigualdades sociais suscitadas no processo de desenvolvimento do sistema capitalista.

Por isso, tendo em vista as significativas fragilidades que permeiam as tendências "globais" da política social enquanto estratégias alternativas à crise do modelo intervencionista estatal, reforçamos a primazia e a importância da ação do Estado na implementação das políticas sociais, o qual deve assegurar uma sistemática e orgânica relação com a sociedade e a economia, responsabilizando-se prioritariamente pela gestão de funções provedora de bens e serviços públicos.¹⁰

3. "Questão social" & política social no Brasil

¹⁰ Apesar de advogarmos fundamentalmente a centralidade do Estado na gestão e implementação dos serviços sociais públicos, não queremos, em absoluto, afirmar que se encontra nesta esfera a possibilidade de erradicação da exploração e da constituição da emancipação humana, dadas entre outras condições, pela qualidade na cobertura de políticas sociais. Diferentemente, na nossa perspectiva, a raiz da pauperização se encontra no âmbito da produção — engendrada pelas alterações no mundo do trabalho —, e não na esfera da distribuição, como comumente as análises da política social enfatizam.

No Brasil, o fenômeno concernente à "globalização"/"mundialização do capital", em seu propósito de reestruturar o capitalismo tardio, também se verifica, manifestando-se com um perfil peculiar e derivado primordialmente da condição periférica da sociedade brasileira, bem como do seu nível de desenvolvimento sócio-econômico.¹¹ Contrariamente aos países de capitalismo central que institucionalizaram o *Welfare State*, o Estado brasileiro não criou condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, deste fato decorrendo a *sutileza* dos processos de "desregulação" e "flexibilização" operantes, os quais se encontram estrategicamente posicionados ao encobrimento do ideário "globo-neoliberal" efetivamente em ação, sobretudo no governo FHC. Como sensatamente assevera Netto:

"Aqui um projeto burguês de hegemonia não pode, com a rude franqueza da Sr^a Thatcher, incorporar abertamente a programática compatível com a 'desregulação' e a 'flexibilização' — ele deve travestir-se, mascarar-se com uma retórica não de flexibilização, mas de 'solidariedade', não de rentabilidade, mas de 'competência', não de redução de cobertura, mas de 'justiça' " (1996:104).

No que concerne à dinâmica da "questão social" vivenciada no Brasil na contemporaneidade recente todavia, esta tem implicações bastante específicas em relação às manifestadas na Europa e Estados Unidos, sobretudo devido à inexistência no país de uma autêntica *sociedade salarial*, (Castel, 1999), constituída historicamente pela articulação entre pleno emprego e ampla cobertura social. Ocorre que a estrutura de poder oligárquica de caráter marcadamente patrimonialista presente desde à época da colonização, criou no Brasil uma incapacidade por parte da classe dirigente no atendimento às demandas da classe trabalhadora, percebendo-as unicamente como reivindicações subversivas e interpretadas como foco de repressão político-

¹¹ Segundo Tavares & Melin (1998), "O Brasil foi o último dos países latino-americanos, já no começo da década de 90, a entrar neste circuito de submissão às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial com o objetivo de atrair recursos externos, a qualquer custo, inserindo-se de forma subordinada no novo quadro financeiro mundial (p.51)

militar, impedindo assim o desenvolvimento de uma "sociedade salarial". Neste sentido, as expressões da "questão social" contemporânea manifestam-se na sociedade brasileira num nível de gravidade particularmente acentuado, exacerbando ao máximo a já frágil condição do *trabalho* (caracterizada pela atrofia na relação salarial) e da *política social* (caracterizada por uma "desproteção social").

Em suas relações com o processo da "mundialização do capital", o Brasil tem proporcionado atenção estrita à eficiência dos mercados, descuidando-se em contrapartida da implementação de políticas públicas, além de impulsionar o processo de privatização e de desnacionalização de importantes segmentos da indústria brasileira, implicando na difusão de estratégias empresariais que não valorizam a manutenção do emprego e nem demandam a formação de mão-de-obra de elevada qualificação. Estes fatores têm contribuído para a marginalização social crescente de setores sociais, engendrando a "questão social" contemporânea brasileira.

Nessa direção, a "questão social" plasmada na contemporaneidade brasileira recente, delinea-se fundamentalmente em decorrência das drásticas alterações ocorridas no "mundo do trabalho", caracterizando-se pela diminuição do trabalho formal e pela proeminência da subproletarização, da precarização, da terceirização e do desemprego de longa duração. A resultante deste fenômeno assaz nocivo, tem contribuído para o aumento dos "segmentos desprotegidos", constituído por velhos e crianças pobres, os quais se apresentam desprovidos de quaisquer nível de cobertura social.

Em seu processo de administração das sequelas da "questão social", o Estado brasileiro vem implementando medidas de política social em sintonia às tendências "globais" vigentes, agenciando ações como: os *mínimos sociais*, constituído pela renda mínima e pelo benefício de prestação continuada (BPC), este último correspondente a um salário mínimo destinados aos idosos com idade a partir de 70 anos e às pessoas portadoras de necessidades especiais graves, ambos contemplados se tiverem renda mensal *per capita inferior* a 1/4 do salário mínimo; a *descentralização*, visando ao ajuste fiscal e transferindo para

os estados e municípios responsabilidades relativas ao financiamento dos programas sociais; a *privatização explícita*, objetivando a formação de um novo campo para o investimento e os lucros privados; a *conjugação público privado*, visando à transferência dos programas sociais estatais para o denominado "terceiro setor", constituído pelas fundações, ONGs, associações comunitárias, entre outras; além da mais recente *rede de proteção social*, destinada ao atendimento de famílias com renda de até meio salário mínimo (que totaliza atualmente 46 milhões de pessoas), às quais são contempladas por cinco programas sociais: bolsa-escola, bolsa-alimentação, PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), agente jovem e auxílio-gás.

Porém, assiste-se na verdade, a partir dessa dinâmica de administração das refrações da "questão social" pelo governo brasileiro através do agenciamento desses pontuais programas sociais, um significativo retrocesso em relação ao nível e concepção das políticas sociais contempladas no âmbito da Constituição Federal de 1988, implicando uma reduzida capacidade no que concerne ao concreto enfrentamento da "questão social" nas dimensões com que se apresenta na atual conjuntura.

Ocorre que as políticas sociais brasileira implementadas pelos automeados "social-democrata-pragmáticos", caracterizam-se pela *privatização* (sendo progressivamente retiradas da esfera do Estado e transferidas ao mercado e/ou à "sociedade civil"); pela *focalização* (destinadas estritamente ao setores com necessidades básicas comprovadas); e pela *descentralização* (transferência dos processos administrativos e não dos políticos e decisórios). No conjunto, estas características concorrem para o aumento das desigualdades sociais ao comprometer os serviços sociais em seus aspectos quantitativo e qualitativo, provocando a definitiva externalização da "questão social".¹² Nesta ótica, caberá essencialmente à "sociedade civil", à empresa e à família, e não ao Estado, criarem as estratégias ao seu "eficiente" enfrentamento.

¹² Contextualizando o processo de externalização da "questão social" efetivado na conjuntura capitalista contemporânea, Montaño (2001), diz que "[...]no contexto do *Welfare State*, ao pôr-se a 'questão social' como alvo das políticas sociais, tendo ela uma resposta política e não apenas

Para finalizar, apresentamos a seguinte reflexão: diante do nível de efetiva gravidade com que o par "questão social" & política social se exprime particularmente na sociedade brasileira e no capitalismo contemporâneo como um todo, a argumentação marx-engelsiana sobre a tendência do capital de internacionaliza-se e seu conseqüente apelo ético-político traduzido no lema "*Operários de todo mundo: uni-vos!*", põe-se no atual contexto com muita pertinência, ratificando assim a extraordinária capacidade analítica e visionária daqueles dois notáveis revolucionários; contudo, face à escassa articulação orgânica da classe trabalhadora à efetiva materialização deste lúcido chamamento, torna-se estrategicamente mais prudente, pelo menos por enquanto, exercermos o que Netto (1996), denomina de *coragem cívica e intelectual*, a qual implica na não intimidação em se contrapor às novas tendências neoliberais, e referenciar-se na teoria marxiana para entender o real significado das transformações societárias atualmente em curso. Do ponto de vista dos trabalhadores sociais que se pretendem herdeiros da teoria marxiana e que, conseqüentemente, lutam por uma sociedade emancipada, é este o posicionamento politicamente mais adequado face à condição das políticas sociais que, em seu processo de degradação progressivo, acaba por transmutar-se na essência mesma da "questão social" contemporânea.

repressiva, aquela é *internalizada na ordem econômico-política*[...], entretanto, no contexto atual, a resposta social à supostamente 'nova questão social' tende a ser novamente *externalizada* da ordem social, transferida para o âmbito imediato e individual" (p. 255).

Bibliografia

- ABREU, H. Baptista. "As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil", *Capacitação em serviço social e política social*, módulo 1. — Brasília, UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999, pp. 33-43.
- ANDERSON, Pery. "Balaço do neoliberalismo", In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- BEHRING, E. Rossetti. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo, Cortez, 1998.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, 2ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1999.
- _____. "As metamorfoses do trabalho", In: FIORI, J. Luís (org.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998, pp.147-163.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A "questão social" no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- _____. "A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século", *Economia e Sociedade*, São Paulo, Campinas, n. 05, dezembro de 1995, pp. 01-30.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo, Moderna, 1999.
- COUTINHO, C. Nelson. "El concepto de sociedad civil en Gramsci y la lucha ideológica en el Brasil de hoy". Rio de Janeiro, UFRJ, mimeo, 2000.

- FALEIROS, V. de Paula. "Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil", *Capacitação em serviço social e política social*, módulo 3. — Brasília, UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, pp. 41-56.
- _____. *O que é política social?* São Paulo, Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos)
- _____. *A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais.* São Paulo, Cortez, 1980.
- FIORI, J. Luís (org.). *Globalização: o fato e o mito.* Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna.* São Paulo, Loyola, 1993.
- IAMAMOTO, M. Vilela. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, 4ª ed. São Paulo/Lima, Cortez/Celats, 1985.
- KAMEYAMA, Nobuco. "As novas tendências das políticas sociais", In: *Boletín Electrónico Surá n. 70* <file://C:\WINDOWS\TEMP\surá-05-2002-070.html> Universidade de Costa Rica, Escuela de Trabajo Social, maio de 2002.
- LENIN, V. I. "O imperialismo, fase superior do capitalismo", In: *Obras Escolhidas*, 2ª ed., v. 1. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio.* São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os Economistas)
- MARX, Karl. *A questão judaica*, 5ª ed. São Paulo, Centauro, 2000.
- _____. *O Capital*, v. 1. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)
- _____ & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista.* Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo, Cortez, 1998.
- MONTAÑO, C. Eduardo. " 'Terceiro setor' e reestruturação do capital". Rio de Janeiro, UFRJ, mimeo, 2001. Tese de Doutorado.
- NETTO, J. Paulo. "FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras", In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC.* Petrópolis, Vozes, 1999, pp. 75-90.
- _____. "Transformações societárias e serviço social — notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil", *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez, ano XVII, n. 50, abril de 1996, pp. 87-132.

- _____. "Estado e 'questão social' no capitalismo dos monopólios", *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992, pp. 15-30.
- PEREIRA, P. Amazoneida. "A questão social e a transformação das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil", In: *Ser Social*. Brasília, UnB, n.06 janeiro a junho de 2000.
- PORTO, M^a Célia S. "Cidadania e '(des)proteção social': uma inversão do Estado brasileiro?", *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XXII, n.68, novembro de 2001, pp. 17-33.
- ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado providência*. Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- TAVARES, M^a C. & MELIN, L. E. "Mitos globais e fatos regionais: a nova desordem internacional", In: FIORI, J. Luís (org.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998, pp. 41-54.